



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Construção da rede eléctrica de fornecimento de energia em Macau

Segundo as afirmações de deputados no ano passado, aquando do debate das LAG da área dos Transportes e Obras Públicas, devido ao aumento do número de veículos eléctricos, há necessidade de aumentar a potência da rede eléctrica nos edifícios particulares, com vista a incentivar o uso de veículos eléctricos. Mas como tal não é possível, devido à insuficiência de potência eléctrica, perguntaram então, como é que o Governo ia aumentar o fornecimento de energia, com vista à articulação com o uso de automóveis eléctricos. O Secretário respondeu que os novos edifícios podem ter mais potência eléctrica, mas nos edifícios antigos, não é possível aumentar a potência. Se o Governo não definir uma política energética, e olharmos para este problema apenas na perspectiva do fornecimento de energia, de facto, os dirigentes não podem fazer nada. O Governo, por um lado, quer incentivar a utilização de energia limpa, por exemplo, solicita aos estabelecimentos de comidas e bebidas a utilização de fogões eléctricos de indução e incentiva os cidadãos a utilizar veículos eléctricos, mas, por outro lado, ignora o problema do fornecimento insuficiente de energia eléctrica, o que é bastante caricato! Por isso, se elevarmos a temática para o nível da política energética, as questões referidas não podem ser respondidas desta forma simples, isto é, que não é possível resolvê-las, há sim que proceder à devida coordenação e à promoção da política energética.

Apresentei duas interpelações, nos dias 6 de Junho e 6 de Setembro de 2019, respectivamente, sobre o aumento da potência eléctrica. Sou contra o facto de os edifícios que estão no centro da cidade terem de pagar mais de um milhão de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

patacas para aumentar a potência eléctrica, mas a resposta que obtive às interpelações é sempre a mesma: “depois de vários anos de trabalho, a CEM já resolveu praticamente todos os pedidos de aumento da potência eléctrica apresentados pelos clientes. O Governo exigiu à CEM a instalação prévia de cabos eléctricos em zonas que reúnam as condições necessárias em articulação com outras obras, por forma a reservar espaço para o futuro aumento da capacidade de fornecimento de energia eléctrica às redes de distribuição”. De acordo com esta resposta, a CEM não só já construiu o *hardware* para responder ao aumento da procura de energia eléctrica em todas as zonas de Macau, como também já está preparada para o futuro aumento do fornecimento de energia eléctrica. Mas estas palavras são típicas de “quem mente sem piscar os olhos”. No caso que citei numa das interpelações, os residentes de um edifício situado na Avenida de Sidónio Pais pretendiam aumentar a potência eléctrica e a CEM respondeu que não existiam cabos de maior carga no local perto do edifício, e que o custo para a instalação dos cabos necessários era de 3 milhões de patacas. Vejamos o seguinte: o Governo afirma que a CEM já construiu o *hardware* para responder ao aumento da procura de energia eléctrica em todas as zonas de Macau, mas quando os residentes pedem o aumento da potência eléctrica dos edifícios situados em ruas grandes, avenidas e no centro da cidade, a CEM responde que não tem cabos com carga suficiente, e que os utentes têm de pagar 3 milhões de patacas para a respectiva instalação. Esta resposta do Governo contradiz, claramente, a realidade.

Mais tarde, numa outra resposta à minha interpelação, o Governo afirma que a CEM tem dificuldades em instalar postos de transformação devido às limitações de espaço, e que, devido à distância entre os edifícios e os locais de fornecimento de energia eléctrica, os residentes têm de solicitar, individualmente, a ligação à rede



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

eléctrica. O Governo ainda reiterou que o Regulamento Administrativo n.º 11/2005 estipula que a CEM tem o direito de cobrar despesas pela ligação dos cabos eléctricos, portanto, trata-se duma “espada oferecida pelo imperador”, para a CEM poder cobrar elevadas despesas aos cidadãos pela instalação dos tais cabos eléctricos, para assim construir uma rede eléctrica, sendo ela uma empresa concessionária que, anualmente, tem lucros exorbitantes.

Se o Governo promover o uso de energia limpa e adoptar uma política de incentivo ao uso de energia eléctrica, pode reduzir o uso de outras fontes de energia mais poluentes. Assim, deve exigir à CEM que disponha de planos e defina uma calendarização para expandir e reforçar a sua rede eléctrica, no sentido de assegurar que os edifícios, tanto os novos como os antigos, possam, num futuro breve, aumentar a sua potência eléctrica. Tudo isso tem como objectivo a respectiva coadunação com o método de confecção de alimentos pelos estabelecimentos de comidas e bebidas e o aumento da utilização de artigos eléctricos nas habitações por parte dos residentes.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo isenta os veículos verdes de impostos e incentiva os estabelecimentos de comidas e bebidas a utilizar a energia eléctrica na confecção das refeições, mas faz ouvidos de mercador à utilização de artigos eléctricos por parte dos residentes. O Governo dispõe de alguma política energética?
2. Em Macau, a energia eléctrica é considerada relativamente limpa (porque a maior parte é produzida fora de Macau. Porém, também não sabemos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

onde provém a energia que importamos, se provém da energia térmica, eólica ou nuclear), por isso, se o Governo quer reduzir a poluição, há que incentivar o uso de energia eléctrica em substituição de outras fontes mais poluentes. No entanto, parece que o Governo não dispõe de qualquer plano para o fornecimento de energia eléctrica, deixando a questão mergulhada em águas de bacalhau há já muito tempo. Se os residentes necessitarem de aumentar a potência eléctrica têm de suportar dezenas, centenas de milhares ou até milhões de patacas de despesas com os cabos eléctricos. É isto que o Governo pretende?

3. O fornecimento de energia eléctrica em Macau é um serviço exclusivo, por isso, os cidadãos não têm escolha. Se a empresa concessionária não se empenhar na construção da rede eléctrica, quando os cidadãos pedem o aumento da potência eléctrica, são-lhes cobradas, “nos termos da lei”, elevadas quantias, e estes não têm alternativa senão pagar, para construírem e melhorar as redes eléctricas dos seus edifícios. Os serviços competentes devem dispor de critérios para a construção da rede eléctrica, ou pelo menos, de planos e calendarização para o fornecimento suficiente de energia eléctrica às principais vias e artérias de Macau. Vão fazer isto?

7 de Maio de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Au Kam San**